

Prefácio

Valéria Cazetta

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Ferreira Gullar, em as *Coisas da Terra*, fala que todas elas “estão na cidade entre o céu e a Terra. São todas elas coisas percíveis[...] Mas é nelas que te vejo pulsando, mundo novo, ainda em estado de soluços e esperança”. Pessoas, natureza, cidade, emancipação... Palavras... momentos, períodos. O autor deste livro, na busca de uma tessitura plural, adensa em frases e orações, caminhadas, mudanças, sonhos e desejos de uma natureza na cidade – onde se concentra a maioria da população no mundo contemporâneo – entrecruzada por outras possibilidades de uso que não somente aquela regulada pelo consumo e pelo individualismo. A investigação em *O Direito à Natureza na Cidade* organiza-se em duas partes: “Incorporação da natureza à vida social” e “A natureza na cidade e sua apropriação pelos empreendimentos imobiliários” – dimensões basilares na estruturação desta obra que traz, além de referências clássicas e contemporâneas vinculadas à Geografia, leituras outras, do campo da Filosofia e Sociologia.

A primeira parte, “A incorporação da natureza à vida social”, apresenta e discute por meio de três grandes momentos – a saber: “A natureza e o homem”, “O homem e a natureza” e “O homem e o território”–, as modificações nas concepções de natureza pelos homens e mulheres e, por conseguinte, a apropriação que será feita desta natureza. O autor, ao discorrer sobre “A natureza e o homem”, subdivide-o em outros dois períodos: Clássico e Teológico. No primeiro, a concepção predominante de natureza refere-se ao mito, manifestada pela literatura através de um viés contemplativo. O período Teológico, marcado por uma natureza divina, terá na Bíblia a materialização da relação Homem/Natureza, associada ao temor. Em “O homem e a natureza”, o autor advoga em prol da ideia que o Homem regulará os entraves impostos pela natureza, fato que o leva a definir os períodos dos Descobrimientos e da Incorporação. As concepções de natureza que alicerçarão o período dos Descobrimientos serão fisicoteológicas e mecânicas, ou seja, a natureza poderá ser dominada pelo Homem e passível de representação por meio de pinturas e xilogravuras. No que diz respeito ao período da Incorporação, a natureza será vista

como recurso, cuja representação ocorrerá por meio de fotografias e litogravuras. No terceiro e último momento, denominado “O homem e o território”, abordar-se-á a apropriação da natureza pela sociedade atual, isto é, a produção da natureza inserida no território.

Dando continuidade ao desenrolar dos fios dessa obra, junto de Ítalo Calvino em Tamara de *As Cidades Invisíveis*, “caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa: a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia um veio de água; a flor de hibisco, o fim do inverno. O resto é mudo e intercambiável – árvores e pedras são apenas aquilo que são” sem a mediação dos homens e mulheres que a animam. Para compreender como a sociedade ocidental se apropriará da natureza, sendo produzida cada vez mais de maneira tecnicada para ser inserida no território e agregar valor de mercado, Wendel Henrique discorrerá na segunda parte de sua obra sobre “A natureza na cidade e sua apropriação pelos empreendimentos imobiliários”, subdividida em três capítulos: “A natureza na cidade”, “Um bosque para chamar de meu. A apropriação das ideias de natureza pelos empreendimentos imobiliários” e, por fim, “O direito à natureza na cidade”. O capítulo “A natureza na cidade”, traz como elemento caracterizador da natureza na cidade a vegetação – enclausurada no urbano como um modelo de natureza historicamente construído pela tecnociência–, e por meio de um paralelo histórico-geográfico-cultural, o autor nos brinda com peculiaridades da inserção da natureza em alguns países europeus (França, Inglaterra, Itália e Holanda) e no Brasil para, no capítulo, “A apropriação das ideias de natureza pelos empreendimentos imobiliários”, apresentar três capitais brasileiras (São Paulo, Florianópolis e Salvador) como exemplos do uso que os empreendimentos imobiliários fazem da ideia de natureza para agregar valor aos condomínios e outros imóveis, a partir de um ideal harmônico da relação Homem/Natureza. Com muita propriedade o autor (des)naturaliza o discurso de uma natureza natural em prol de uma natureza produzida por homens e mulheres.

Por fim, em “O direito à natureza na cidade”, Wendel Henrique nos brinda com reflexões brilhantes e não retóricas articuladas aos capítulos anteriores, em prol do estabelecimento de relações entre o Homem urbano e a natureza na cidade, alicerçadas na presença da natureza para toda a cidade e classes sociais e não somente como fruto de exclusivismos para determinados grupos sociais. A partir disso, o autor elabora dez proposições acerca da produção e uso da natureza nas cidades contemporâneas: 1. É preciso criar um direito à natureza na cidade, como um direito coletivo; 2. É preciso renovar a liberdade criadora e destruir a ideologia do consumo; 3. É preciso que a natureza na cidade seja para e de todos, independente do poder aquisitivo; 4. É necessário publicizar/desprivatizar a natureza; 5. É

preciso regatar a ideia de totalidade da natureza na cidade; 6. É necessário entender a natureza na cidade como obra para e pelo homem; 7. É preciso educar/conscientizar os urbanistas para que tratem a natureza nas cidades fazendo-as “cidades verdes”; 8. É preciso instaurar a apropriação da natureza na cidade sob a égide do conceito de valor de uso e não do valor de troca; 9. É preciso coibir a prática atual de que a cidade e a natureza se transformem em bens privados, privatizando-se tradicionais bens públicos; 10. É preciso produzir uma natureza na cidade, entendendo-a como uma natureza humanizada, cuja totalidade torna obsoleta a tradicional dicotomia ente ambiente construído x ambiente “natural”. A partir destas proposições, o autor apresenta um “Croqui com a proposta do Parque Urbano da Ponta do Goulart, em Florianópolis (SC)”.

Por essa e outras razões este jovem autor estabelece uma perspectiva geográfica original e de vanguarda para a Geografia contemporânea, ao realizar a investigação das ideias e conceitos de natureza, originadas das relações que as sociedades constituíram ao longo da história. Assim, agradeço a ele pela oportunidade de contemplar esta narrativa tão bem cuidada, refletida e utópica.

Valéria Cazetta (EACH-USP)

São Paulo, agosto de 2009.